

Artigo Original

Formação em terapia ocupacional nas universidades públicas do nordeste do Brasil: reflexões em defesa do profissional generalista e da função social das universidades

Occupational therapy education in the context of Brazilian northeast: reflections to advocate for a generalist professional and the social function of universities

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza^a , Andrezza Marques Duque^b 

^aUniversidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Brasil.

^bUniversidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, Brasil.

Como citar: Souza, M. B. C. A., & Duque, A. M. (2026). Formação em terapia ocupacional nas universidades públicas do nordeste do Brasil: reflexões em defesa do profissional generalista e da função social das universidades. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 34, e4018. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.cto409940181>

Resumo

Objetivo: Analisar o perfil do egresso e o objetivo do curso expostos nos Projetos Políticos Pedagógicos de cursos de graduação em terapia ocupacional, localizados em instituições de ensino superior públicas do Nordeste, e realizar apontamentos sobre o direcionamento da formação, da atuação profissional e do mercado de trabalho.

Método: Trata-se de um estudo documental que analisou Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação em terapia ocupacional localizados em instituições públicas da região Nordeste. A coleta de dados ocorreu de março a setembro de 2023 e foram elencadas para análise especificamente as categorias “objetivo do curso” e “perfil do egresso”. Após a análise, construíram-se tópicos reflexivos. **Resultados:** Identificou-se que a maior parte dos cursos menciona a atuação em saúde e uma formação para as políticas públicas/setor público citando conhecimentos da saúde e um perfil generalista de egressos. Em menor parte, os documentos informam: a formação voltada para o setor da assistência social e educação, a utilização de conhecimentos das ciências humanas e a explicitação das especificidades locais. **Conclusão:** Aponta-se que os resultados são reflexo do contexto histórico de desenvolvimento da profissão no país e recomenda-se que: a função social das instituições públicas seja preservada; que os atores envolvidos fomentem a formação generalista e reflexiva citadas, sem sucumbir à lógica de mercado; que sejam estudadas possíveis especificidades regionais de formação/atuação; e que as instituições e docentes trabalhem em prol da integração entre a teoria exposta nos textos do projeto e a prática.

Palavras-chave: Educação, Terapia Ocupacional, Trabalho.

Recebido em Dez. 20, 2024; 1ª Revisão em Fev. 6, 2025; 2ª Revisão em Ago. 5, 2025; Aceito em Nov. 2, 2025.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Abstract

Objective: To analyze the graduate profile and course objectives as presented in the Political Pedagogical Projects of undergraduate occupational therapy courses located in public higher education institutions in Northeast Brazil, and to make observations about the direction of training, professional practice, and the job market. **Method:** This is a documentary study that analyzed the Political Pedagogical Projects (PPPs) of undergraduate occupational therapy courses located in public institutions in the Northeast region of Brazil. Data collection took place from March to September 2023, and the categories “course objective” and “graduate profile” were specifically selected for analysis. After the analysis, reflective topics were constructed. **Results:** It was identified that most courses mention work in health and training for public policies/the public sector, citing health knowledge and a generalist graduate profile. To a lesser extent, the documents indicate: training geared towards the social assistance and education sectors, the use of knowledge from the humanities, and the explicit mention of local specificities. **Conclusion:** It is pointed out that the results reflect the historical context of the profession’s development in the country, and it is recommended that: the social function of public institutions be preserved; that the actors involved promote the aforementioned generalist and reflective training, without succumbing to market logic; that possible regional specificities of training/performance be studied; and that institutions and teachers work towards integrating the theory presented in the project texts with practice.

Keywords: Education, Occupational Therapy, Work.

Introdução

A institucionalização dos cursos de graduação de terapia ocupacional em universidades públicas no Nordeste ocorreu em diferentes períodos, nos diversos estados da referida região. Suas características estão relacionadas a contextos históricos e temporais que não são homogêneos, ainda que sejam nordestinos.

Entende-se que para fazer uma análise dos projetos políticos pedagógicos (PPPs) destes cursos, deve-se minimamente descrever sobre alguns pontos, os quais estão colocados nesta introdução como subtópicos, a saber: os diferentes contextos históricos de implementação dos cursos analisados, a importância dos PPPs, a relevância das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) no debate sobre o tema, e algumas questões iniciais para refletir sobre formação a partir do Nordeste do Brasil.

Linha do tempo: contexto histórico de implementação dos diferentes cursos de terapia ocupacional localizados em universidades públicas

O primeiro curso de terapia ocupacional de Pernambuco era técnico/profissionalizante (seguindo a tendência nacional dos pioneiros), foi criado em 1962, e, posteriormente, em 1973, foi reconhecido como de nível superior e, atualmente, está localizado nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

As primeiras formações profissionais tinham como inspiração a prática da terapia ocupacional advinda dos Estados Unidos da América e, conseqüentemente, era centrada no modelo biomédico e reabilitativo (Folha, 2019; Reis, 2017). Cita-se que, ainda na década de 1960, ocorreu o reconhecimento e regulamentação da terapia ocupacional enquanto profissão, de acordo com o Decreto-Lei 938/1969 (Brasil, 1969).

A primeira expansão em termos de graduação em terapia ocupacional no Brasil ocorreu a partir de 1970 (Folha, 2019). Após a implantação do Curso de Terapia Ocupacional na UFPE em 1973, o segundo curso de terapia ocupacional em uma instituição de ensino pública, implantado no Nordeste do país, foi o da Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). O curso foi criado em 1997 e encontra-se em funcionamento.

Considerando o cenário brasileiro, autores como Malfitano & Ferreira (2011) relatam a influência da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) para ampliação das áreas e locais de atuação do terapeuta ocupacional. Estes, destacam que a formação profissional do terapeuta ocupacional, em meados dos anos 2000, foi influenciada pela expansão das políticas públicas brasileiras resultando em um aumento nos cursos de graduação em terapia ocupacional no país.

Entretanto, ainda que a implantação de um novo sistema de saúde tenha influenciado a inserção do terapeuta ocupacional no mercado de trabalho em diferentes estados do Nordeste, não se pode afirmar que este fato impulsionou de forma imediata um aumento no quantitativo de cursos de graduação em terapia ocupacional nas instituições públicas de ensino superior desta região.

Isto se dá porque neste período não há registro da implantação de nenhum curso novo. A disseminação mais tardia das formações graduadas públicas em uma determinada região pode evidenciar desigualdades regionais em termos de investimento e oportunidades em ciência e educação. Esta realidade pode impactar negativamente a formação de profissionais e o desenvolvimento regional, já que pode acarretar déficit de profissionais qualificados e dificuldade para atender demandas sociais relacionadas à profissão.

Tais problemas podem ser amenizados por meio de políticas educacionais e de expansão/diversificação da oferta de cursos de graduação (Conceição, 2020). Passaram-se mais de 10 anos para que um novo curso público de terapia ocupacional fosse oferecido na região Nordeste após o curso da UNCISAL, e foi necessária a implementação de políticas educacionais que buscavam amenizar assimetrias tanto regionais quanto estaduais.

Como exemplo do que foi dito, cita-se que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), aprovado em 2007, forneceu subsídios para a implantação dos cursos da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa (UFPB), e da Universidade Federal de Sergipe, em Lagarto (UFS). Estes cursos foram criados em 2010 e em 2011, respectivamente.

Apona-se ainda que mais recentemente, considerando o crescimento da profissão e a demanda do mercado por profissionais no Nordeste, três novos cursos públicos foram criados, totalizando sete na região: o curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 2021, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), ano de 2019, e da Universidade de Pernambuco (UPE) criado em 2023. A Tabela 1 a seguir apresenta os dados anteriormente descritos.

Em julho de 2025, dados provenientes do Sistema de Cadastro Nacional de Cursos do Ministério da Educação (e-MEC) indicaram que estão em funcionamento sete cursos de graduação em terapia ocupacional em IES públicas nordestinas, corroborando o que foi citado anteriormente, mas também apontou que existem em funcionamento 36 cursos não gratuitos nesta região (incluindo todas as modalidades de oferta, sendo 2 em Alagoas, 8 na Bahia, 6 no Ceará, 2 no Maranhão, 4 na Paraíba, 7 em Pernambuco, 2 no Piauí, 2 no Rio Grande do Norte e 3 em Sergipe). Ressalte-se que de acordo com o Inep/MEC, a desagregação por unidades de federação, que gerou este número, só é possível para graduações em formato presencial, pois os cursos a distância podem ser ofertados em diferentes estados por meio de polos de apoio presencial.

Tabela 1. Dados gerais dos cursos nordestinos de graduação em terapia ocupacional inseridos em instituições de ensino superior públicas e atualmente em funcionamento, 2025.

Ano de início	Instituição	Estado	Observações
1962	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pernambuco	Curso técnico/profissionalizante
1973	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pernambuco	Reconhecimento como curso superior
1997	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)	Alagoas	Segundo curso público da região
2010	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Paraíba	Criado com apoio do REUNI
2011	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Sergipe	Criado com apoio do REUNI
2019	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Ceará	Expansão recente
2021	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Bahia	Expansão recente
2023	Universidade de Pernambuco (UPE)	Pernambuco	Curso público mais recente da região

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados públicos.

Ainda sobre estes dados, o Sistema e-MEC indicou que, com exceção de dois cursos (iniciados em 2011, um da Bahia e outro de Pernambuco), as demais graduações de terapia ocupacional não gratuitas, em funcionamento, começaram entre os anos de 2020 e 2025. Esta quantidade de formações no setor privado poderá ser ainda maior nos próximos anos, pois a consulta pública informou que, para além dos 36 indicados, existem cursos já criados com o *status* “não iniciado”.

Isto indica que, futuramente, os profissionais formados em Terapia Ocupacional no nordeste terão sido, em grande parte, fruto de PPPs de instituições privadas. Cita-se que não foi o objetivo deste artigo caracterizar, descrever ou analisar PPPs de graduação em terapia ocupacional do nordeste inseridos em IES privadas, mas que se optou por apresentar aqui um panorama geral para mencionar uma conjuntura contemporânea da profissão no país.

O papel do Projeto Político Pedagógico (PPP)

Acerca do Projeto Político Pedagógico (PPP), elemento fundamental para a análise proposta no presente estudo, cita-se, para fins explicativos, que este se trata de um documento que tem a finalidade de “apresentar à comunidade acadêmica como o curso se caracteriza e se organiza em função de suas escolhas e percursos para contribuir na formação profissional que se propõe a oferecer aos seus discentes” (Albuquerque et al., 2022).

Ou seja, entende-se aqui, que através deste documento deve ser possível obter elementos sobre a identidade de um curso e identificar pistas que apontem se existe valorização de campos ou setores de atuação e de aportes teóricos em detrimento de outros.

Embora não seja uma tarefa acadêmica e/ou administrativa simples para as equipes e instituições envolvidas, o PPP pode e deve ser revisto e reformulado ao longo do tempo. Este processo se dá, em grande parte, considerando a existência de transformações teóricas, práticas, profissionais, sociais, ou até mesmo legais de um referido contexto histórico.

Para além da importância em termos regimentais, de identidade e de planejamento do curso, o referido documento também compõe parte importante no processo de análise acerca da qualidade das formações graduadas no Brasil. Esta análise é realizada por profissionais da área que integram as comissões de avaliação atreladas ao Ministério da Educação do Brasil (MEC).

Neste caso se pontua a pertinência teórico-prática entre o Projeto Pedagógico e as questões regimentais e legais da profissão, assim como a coerência deste documento com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Assim, entende-se que o projeto deve ser elaborado considerando a importância de se vislumbrar o futuro. Ainda, deve articular demandas sociais de forma a apresentar coerência entre a proposta e a realidade (Puccinelli, 2008).

De acordo com as novas diretrizes curriculares para os cursos da área da saúde, os referidos PPPs não devem ser elaborados apenas para a realidade das vagas de trabalho oferecidas por um mercado. Sua elaboração deve estar pautada também na resolução de desafios contemporâneos que demandam a formação de sujeitos reflexivos (Nóbrega-Therrien et al., 2010).

Pinto & Rangel (2004) já sinalizaram que é impossível dissociar os conceitos “político” e “pedagógico”, na construção de um PPP. Isso se dá porque a política vem do entendimento da ciência como bem público e, por isso, as universidades têm o papel de se compreender como bens e serviços pelo e para o povo, tendo compromissos sociais e políticos.

Neste sentido, o pedagógico está associado ao campo dos estudos da educação e, por isso, se refere a bens e serviços universitários, explicitando que devem ser incorporadas ao documento as questões educacionais ligadas ao ensino e a aprendizagem, para além das questões do currículo, pesquisa e extensão.

O projeto político-pedagógico é um documento que apresenta as definições básicas dos cursos de acordo com seu contexto, origem, motivos e finalidade (...) A (re)construção dessas finalidades é tarefa do coletivo dos professores, a ser atualizada de acordo com os avanços do conhecimento científico e tecnológico, e as necessidades do mercado de trabalho e do contexto social (Pinto & Rangel, 2004, p. 252-255).

Considerando a formação em terapia ocupacional nacionalmente, bem como suas especificidades loco regionais e temporais, é importante mencionar as proposições curriculares que embasaram os diferentes períodos históricos em termos de currículos e projetos.

Currículo mínimo e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)

No início da formação em terapia ocupacional, quando esta era compreendida como um curso de nível técnico, o Conselho Federal de Educação (CFE), em 1963, estipulou o denominado currículo mínimo para a formação de profissionais terapeutas ocupacionais (Lopes, 1990).

Haddad et al. (2009) destacaram que entre 1965 e 1975 a formação profissional na saúde passou a ser amplamente discutida. A terapia ocupacional foi uma das profissões incorporadas no setor da saúde no momento que o foco das discussões acerca das formações era a importância da interdisciplinaridade e da integração entre ensino e assistência.

A partir de 1970 ocorreu a legalização da terapia ocupacional como de nível superior, o que se deu em meio às tensões relacionadas à obtenção de espaço no mercado de trabalho. De 1963 até 1983 estava em vigor o currículo mínimo para a terapia ocupacional, que tinha como característica a formação de técnicos em reabilitação, o que foi questionado por grupos de profissionais que apontavam os problemas desta formação.

Os questionamentos se referiam à identidade profissional, uma vez que não era consenso que esta identidade estaria vinculada às abordagens teóricas e métodos em reabilitação. Estas questões fomentaram a discussão sobre o perfil profissional do terapeuta ocupacional e sobre a formação baseada no currículo mínimo na terapia ocupacional (Lopes, 1990).

Após longo debate de profissionais vinculados a entidades representativas das profissões de fisioterapia e terapia ocupacional, entre o final da década de 1970 e 1980, foi elaborado um documento, aprovado em dezembro de 1982 pelo CFE e homologado em 1983 pelo MEC. A partir disso, foi iniciado no Brasil um trabalho de reformulação e reestruturação curricular por parte das instituições de ensino superior (Lopes, 1990; Palhares, 2008).

Desta forma, a partir de discussões ocorridas no encontro de coordenadores de cursos de fisioterapia e terapia ocupacional, que ocorreu em São Paulo, no ano de 1993, surgiu o II currículo mínimo de terapia ocupacional. Este currículo apresentava uma forte articulação com a situação da saúde da população brasileira à época e tinha o propósito de articular uma formação técnica, social e política (Costa et al., 2023).

No final da década de 1990, iniciou-se uma discussão ampla sobre propostas de alteração do currículo mínimo. A implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), determinou como atribuição da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a deliberação sobre as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação (Brasil, 1996).

Desta forma, no ano de 1997, a Secretaria de Educação Superior do Brasil (SESu), visando atender às exigências profissionais e educacionais daquele período histórico, substituiu o conceito de currículo mínimo por um modelo de currículo baseado em competências, o que convocou as Instituições de Ensino Superior a apresentarem propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação (DCNs) (Brasil, 1997; Bregalda & Mângia, 2020).

As DCNs são documentos que estabelecem os princípios, fundamentos, conteúdos entendidos como essenciais, competências e habilidades que os cursos de graduação no Brasil devem garantir na formação de seus estudantes. As DCNs não propõem disciplinas, mas são guias oficiais que valorizam a autonomia pedagógica dos cursos. As diretrizes do curso de graduação em terapia ocupacional foram aprovadas em 2002 (Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002) estabelecendo um marco para o desenvolvimento curricular da profissão no Brasil (Brasil, 2002).

No artigo 3º das DCNs está descrito o perfil do formando egresso/profissional como “... com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado ao exercício profissional em todas as suas dimensões, pautado em princípios éticos, no campo clínico-terapêutico e preventivo das práticas de terapia ocupacional. Conhece os fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da terapia ocupacional e seus diferentes modelos de intervenção e atua com base no rigor científico e intelectual” (Brasil, 2002).

Estas diretrizes deixam evidente que a formação do terapeuta ocupacional deve estar voltada para a atuação nas políticas públicas em áreas como saúde, assistência social e educação. O documento inclusive cita o SUS e o SUAS como sistemas públicos estratégicos e fundamentais para a atuação profissional (Brasil, 2002).

As diretrizes curriculares são orientadas pelos pilares da educação, conforme descritos no relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e visa uma formação que responda às demandas sociais e de saúde (Koetz et al., 2017).

Nos cursos alocados em centros de saúde de instituições de ensino superior públicas, estes princípios devem estar minimamente alinhados à saúde pública brasileira, considerando a existência do Sistema Único de Saúde (SUS), amparados em um modelo pedagógico de formação integral, capaz de formar profissionais crítico-reflexivos e ético-políticos que estejam comprometidos com a saúde da população, com a equidade do cuidado e com a garantia dos direitos dos cidadãos. Para a terapia ocupacional que atua em diferentes setores, deve se privilegiar também as atuações no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no setor da Educação, Justiça e Trabalho.

Sobre a importância da inserção ética e politicamente comprometida com o setor público e considerando ainda a formação crítica-reflexiva mencionada, é importante citar novamente o grande aumento da abertura de cursos privados de terapia ocupacional nos últimos cinco anos e realizar breves considerações que podem apontar para futuras contradições e tensionamentos no processo de formação.

As instituições de ensino superior privadas, por se tratarem de organizações empresariais, são também impulsionadas por uma lógica de mercado que pode favorecer a elaboração de projetos de formação tecnicistas. Ainda, preocupa-se com o fato de que muitos destes cursos privados oferecem formação integralmente à distância. Koetz et al. (2017) já destacaram que a crescente demanda por cursos na modalidade ensino à distância (EaD), ao mesmo tempo que pode ampliar o acesso ao ensino superior - especialmente em regiões como o Nordeste, com menor oferta de cursos presenciais do que em outras regiões - pode levar a desafios significativos, principalmente aqueles relacionados à formação dos profissionais.

Essa preocupação se torna mais evidente, pois, em maio deste ano, o Governo Federal instituiu o Decreto (Decreto nº12.456, de 19 de maio de 2025) com novo marco regulatório da Educação a Distância. Este Decreto mantém a terapia ocupacional em duas modalidades de ensino, a presencial e a semipresencial, sendo esta última com obrigatoriedade de apenas 30% de sua carga horária presencial (Brasil, 2025).

Para além disso, diante da lógica neoliberal e de mercado, corre-se o risco de que esses cursos estejam mais voltados para o cumprimento de demandas comerciais, o que deve nos alertar para a existência de possíveis distanciamentos das premissas dos cursos públicos, as quais são defendidas no presente estudo. Isto posto, aponta-se para o fato de que é necessária a responsabilidade ética e política para que os anseios do campo profissional não impulsionem a formação atrelada à lógica mercadológica tecnicista e baseada estritamente no lucro.

Por outro lado, compreende-se que as instituições privadas, na atualidade, contribuem para a ampliação da oferta de profissionais terapeutas ocupacionais. Todavia, segundo Durham (2012), há de se acompanhar e analisar estas formações de maneira a verificar se o foco no aspecto lucrativo as afasta do modelo de universidade que inspirou a legislação e que defendem os movimentos de reforma do ensino superior.

Acerca da necessária atualização das diretrizes, atualmente circula uma nova proposta para cursos de terapia ocupacional. Em 2020, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou a Resolução nº 650, recomendando a nova proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação bacharelado em terapia ocupacional (Brasil, 2020). Em julho de 2025, as novas DCNs de terapia ocupacional estavam aguardando a homologação do MEC.

Diante disso, destaca-se a relevância deste estudo por se situar em um momento em que novos projetos políticos e pedagógicos vêm sendo elaborados nas instituições públicas nordestinas, bem como as novas DCNs se encaminham para sua homologação, e novas configurações de mercado são estabelecidas. Estas questões colocam a elaboração deste manuscrito em posição historicamente oportuna para reflexões sobre a formação do profissional do terapeuta ocupacional.

Formação e mercado de trabalho em terapia ocupacional a partir do nordeste do país

Souza & Duque (2024a) já mencionaram que as produções acadêmicas sobre os aspectos históricos, a institucionalização acadêmica ou até mesmo sobre formação e vagas de trabalho em terapia ocupacional, utilizam majoritariamente um recorte sudestino para situar o debate, e que são necessárias elaborações a partir de outras regiões, como o Nordeste, as quais consideram especificidades a partir de outros lugares e diferenças intrarregionais.

Aponta-se para o fato de que quando os estudos são realizados no Nordeste, são feitos localmente, se referindo especificamente a estados e/ou municípios, e que embora estes sejam importantes, é necessário fomentar reflexões mais amplas que informem diferenças, semelhanças e especificidades regionais, uma vez que estas diferenças são reconhecidas por órgãos de ciência, tecnologia e educação do governo, e que existem programas com financiamentos específicos para o nordeste que buscam uma reparação de assimetrias regionais, sobretudo entre esta região e as regiões sudeste e sul do país (Souza & Duque, 2024b).

Todavia, identifica-se um movimento contemporâneo de discussões sobre a formação e o mercado profissional da profissão a partir de recortes regionais fora do eixo sudeste, principalmente nos últimos três anos. Como exemplo disto, pode-se mencionar o estudo de Nascimento et al. (2022) que analisou projetos de formação nordestinos focalizando especificamente os campos social e da educação, e os estudos de Lins et al. (2025a) e Lins et al. (2025b) que versam respectivamente sobre aspectos sociodemográficos/acadêmicos e empregabilidade de terapeutas ocupacionais da região Centro-oeste.

Para continuar contextualizando a formação na realidade do nordeste do país, cita-se que, até o momento, não existem programas de pós-graduação específicos em terapia ocupacional na região, e que os programas estão atualmente localizados na região sudeste. Isto também é um elemento que dificulta a produção de pesquisas a partir/sobre a profissão por estudantes e docentes da região, uma vez que os programas de pós-graduação são parte importante do processo de financiamento de pesquisas no Brasil (Souza & Duque, 2024a).

Diante desta realidade entende-se como primordial continuar elaborando investigações que desvelam especificidades regionais e intrarregionais, identificam forças, limites e desafios da formação e do mercado de trabalho, pois estes registros permitem a reflexão sobre o tema para que pesquisadores e profissionais possam traçar estratégias coletivas e fortalecer a formação em terapia ocupacional a partir do nordeste.

Objetivo

Diante das reflexões explicitadas, este artigo teve como objetivos: analisar o perfil do egresso e o objetivo do curso expostos nos Projetos Políticos Pedagógicos de cursos de terapia ocupacional localizados em instituições de ensino superior públicas do Nordeste, e realizar apontamentos sobre o direcionamento da formação, da atuação profissional e do mercado de trabalho.

Método

Com relação ao seu objetivo, este estudo pode ser caracterizado metodologicamente como exploratório e de abordagem qualitativa (Gil, 2002). Sobre a obtenção dos seus dados, trata-se de uma pesquisa documental (Fonseca, 2002) que utilizou como fonte de dados os PPPs ou Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), de todos os cursos de terapia ocupacional inseridos em Universidades Públicas e localizados na região Nordeste do Brasil.

Os PPPs são documentos oficiais, considerados fontes primárias em pesquisas documentais por serem dados que não receberam avaliação científica ou tratamento analítico. Trata-se de documentos tanto oficiais quanto públicos, e sua elaboração é obrigatória para cursos de graduação que foram aprovados pelo MEC.

Os documentos analisados neste estudo encontram-se disponíveis nos sites oficiais das instituições de ensino superior públicas que se localizam no Nordeste e que oferecem atualmente o curso de graduação em terapia ocupacional no setor público, a saber: UFPE, UNCISAL, UFPB, UFS, UECE, UFBA e UPE.

Sobre a coleta dos dados, esta aconteceu entre março e setembro do ano de 2023. O texto de cada projeto foi inserido de forma literal, primeiramente em um quadro geral de dados, sem tratamento. Deste quadro geral de dados, que continha o número de referência do projeto pedagógico (de 1 até 7), o nome da instituição e os tópicos presentes em cada documento, foram extraídos, para análise, os textos especificamente das categorias “objetivo do curso” e “perfil do egresso”.

Ainda que se considere a importância dos outros tópicos contidos nos projetos dos cursos, essa priorização se justifica a partir dos objetivos do presente artigo. Entende-se, todavia, que analisar estas duas categorias separadamente do resto do projeto dos cursos se trata de uma iniciativa sistemática no âmbito da pesquisa documental. Menciona-se que, devido a isso, o que se poderá concluir a partir desta análise específica possui limites, mas, por outro lado, possibilita a elaboração de apontamentos iniciais sobre a formação e sobre o mercado de trabalho a partir de duas categorias centrais nos PPPs, como explicado na introdução.

A extensão destes documentos permite a elaboração de estudos futuros que priorizam análises de outros tópicos, os quais são parte da agenda de pesquisa das autoras deste manuscrito.

Esclarece-se, com relação às categorias de análise, que o objetivo do curso e o perfil do egresso são tópicos que devem estar diretamente vinculados entre si, nos PPPs. Nestes documentos o objetivo deve estar coerente com o perfil e ambos devem caracterizar a formação. É por este motivo, inclusive, que em alguns momentos as informações se repetem nas duas categorias.

Cita-se que os contextos locais/regionais, educacionais e das práticas profissionais são os elementos básicos contidos nos objetivos do curso. Já o perfil do egresso se caracteriza principalmente por uma exposição das características relacionadas ao profissional que se pretende formar por meio do curso (Albuquerque et al., 2022).

Acerca dos procedimentos de análise de dados que foram realizados, menciona-se que foi aplicada a técnica análise de conteúdo em pesquisa qualitativa de acordo com a elaboração teórica de Bardin (2004).

Optou-se, contudo, por nomear as etapas de análise construídas pela autora (etapas de pré-análise; exploração do material e tratamento) de forma a fazer mais sentido na análise da presente pesquisa, facilitando o entendimento do leitor, como: 1) etapa 1 - leituras exaustivas do quadro que continha os textos literais das categorias analisadas (as leituras exaustivas foram feitas para cada documento institucional separadamente, e por duas pesquisadoras); 2) etapa 2 - realização de grifos de trechos das categorias analisadas (por instituição de ensino superior e por categoria, separadamente); 3) etapa 3 - extração dos trechos por categoria e por curso. Os trechos geraram um novo quadro, que está exposto nos resultados.

Esclarece-se que não existiu um padrão de quantidade de grifos por categoria ou por instituição, pois os documentos apresentam produções textuais diferentes, podendo conter tópicos com mais ou com menos palavras. A numeração de cada curso foi realizada para facilitar a discussão quando foi necessário fazer menção a um projeto específico.

É importante mencionar que os grifos realizados representam aqui o resumo e a essência do que é cada uma destas categorias em cada universidade. Trata-se dos elementos centrais dos objetivos dos cursos e das principais características dos egressos que foram citadas em cada documento institucional, de forma a resumir os escritos e destacar suas principais características. Assim, estes grifos são um resumo sobre: 1) *elementos sobre a ideia principal de formação de cada curso; campos de atuação e base dos conhecimentos; menção às questões locais/regionais (objetivo do curso); e 2) caracterização do egresso; campos, setores, sistemas, dispositivos que o egresso atuará; menção às questões locais/regionais (perfil do egresso).*

O tópico de discussão deste artigo contém a interpretação dos dados obtidos. Indica-se que estas interpretações têm como base um posicionamento político a favor da universidade pública, da atuação no setor público e do perfil generalista e crítico de egressos.

Assim, utilizaram-se estudos da área da terapia ocupacional que defendem o ensino público para o/ em favor da ação profissional em setores públicos brasileiros, e que defendem uma atuação em terapia ocupacional nos diferentes setores, a saber: saúde, educação, assistência social, justiça e trabalho (Malfitano & Ferreira, 2011; Pereira et al., 2021; Pêgo et al., 2023).

Ainda, cita-se a defesa por reflexões teóricas centradas na crítica à racionalidade neoliberalista, entendendo que esta impacta em todas as áreas, inclusive no ensino e no mercado de trabalho (Antunes, 2008). Assumiu-se, também, a existência de assimetrias regionais com relação à ciência, educação e tecnologia, destacando as consequências deste processo, a necessidade de reparação por meio de políticas governamentais e de estudos que analisem especificidades regionais (Durham, 2012; Koetz et al., 2017; Conceição, 2020; Souza & Duque, 2024b).

Resultados

Neste tópico foram apresentados os resultados. A Tabela 2, a seguir, contém os trechos grifados, que são fruto de leitura exaustiva da integralidade das categorias e se constituem enquanto os elementos básicos de cada categoria analisada (objetivo e perfil do egresso).

No *objetivo dos cursos* observa-se como ideias principais de formação: formar para o cuidado em saúde e emancipação dos sujeitos (curso nº 1), formar com foco em aspectos físicos, psíquicos e sociais (curso nº 2), formar para as políticas públicas (cursos nº 1, 5 e 6); formar para produção de cuidado integral de pacientes (curso nº 4); formar para necessidade de saúde de indivíduos e coletivos (curso nº 6); formar para os diferentes níveis de atenção à saúde e diversos cenários e contextos (curso nº 7).

Considerando *os objetivos do curso e a menção sobre os campos de atuação*, percebe-se que a totalidade dos projetos mencionam objetivos vinculados à formação para a área da saúde. Todavia, alguns citam a atuação no setor da educação e da assistência social (cursos nº 3, 5 e 6). Ainda, foram colocados como objetivos a formação considerando a necessidade de realizar uma formação generalista e voltada para atuação por meio das políticas públicas vigentes (cursos nº 1, 3, 5 e 6).

Sobre os conhecimentos indicados na formação, alguns projetos descrevem nos *objetivos a base da formação*, contemplando conteúdos provenientes das ciências biológicas e humanas (cursos nº 2 e 5). Por fim, um curso *especifica em seus objetivos a necessidade de atentar-se para questões regionais e locais da formação* (curso nº 5).

Com relação à categoria de *perfil do egresso*, foram citados nos *projetos dos cursos* os perfis profissionais generalistas (cursos nº 1, 3, 4, 5, 6 e 7), humanistas (cursos nº 1, 4, 5 e 7) e reflexivos (cursos nº 1, 4, 5, 7). Foram mencionadas algumas *possibilidades de atuação de egressos em cenários de prática, setores e equipamentos* que são voltados principalmente a saúde (cursos nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6), e em menor parte aos setores da assistência social, educação e/ou justiça (cursos nº 1, 3, 5 e 6). As *questões locais ou regionais* foram mencionadas no *perfil do egresso* por dois cursos (curso nº 2 e 5).

Tabela 2. Grifos das categorias “objetivo do curso” e “perfil do egresso/profissional” por curso de Instituição de Ensino Superior.

Nº	Instituição de Ensino Superior	Trechos dos objetivos do curso (ideia principal de formação; campo de atuação e base dos conhecimentos; menção às questões locais/regionais)	Trechos do perfil do egresso/profissional (caracterização do egresso; campos, setores, sistemas que o egresso atuará; menção às questões locais/regionais)
1	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	1) Formar terapeutas ocupacionais para o cuidado com a saúde e emancipação social de indivíduos e populações (...)	1) (...) formar profissionais terapeutas ocupacionais com perfil generalista, crítico-reflexivo e humanista (...)
		2) Entender o binômio saúde/doença, a partir dos condicionantes socioeconômicos (...)	2) (...) atuação nos diferentes campos e áreas, numa perspectiva interdisciplinar, interprofissional e colaborativa, centrada nos princípios do Sus e Sistema Único de Assistência Social (Suas) e demais áreas educacionais (...)
		3) Contextualizar os problemas locais e regionais de forma a intervir e contribuir na elaboração de políticas sociais, e de saúde (...)	
		4) (...) intervindo nos processos de transformação da realidade social e condições de saúde (...)	
		5) Executar métodos e técnicas de Terapia Ocupacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física, mental e social dos sujeitos (...)	3) (...) desenvolvimento e recuperação da saúde e inclusão social numa perspectiva biopsicossocial (...)
		6) (...) análise de dados clínicos, solucionando problemas e avaliando os resultados alcançados em atendimentos individuais, grupais, familiares, institucionais, coletivos e comunitários.	
2	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1) (...) assegurar ao discente uma formação generalista (...)	1) O profissional do curso de Terapia Ocupacional será formado tendo como base as necessidades sociais da saúde locais, regionais e brasileiras.
		2) Está centrado nos aspectos físicos, psíquicos e sociais da atividade humana. Visa a formação com conhecimento nas áreas biológicas e humanas (...)	2) A ênfase no Sistema Único de Saúde-SUS assegura a construção do conhecimento voltado à integralidade da atenção, à qualidade e humanização do atendimento (...)
			3) (...) profissional que terá a competência e habilidade para habilitar e/ou reabilitar (...)

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir dos Projetos Político Pedagógico dos cursos de terapia ocupacional das Universidades Públicas do Nordeste do Brasil.

Tabela 2. Continuação...

Nº	Instituição de Ensino Superior	Trechos dos objetivos do curso (ideia principal de formação; campo de atuação e base dos conhecimentos; menção às questões locais/regionais)	Trechos do perfil do egresso/profissional (caracterização do egresso; campos, setores, sistemas que o egresso atuará; menção às questões locais/regionais)
3	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1) Graduar terapeutas ocupacionais (...) com ênfase no atendimento às necessidades no campo da saúde, da educação e da assistência social da região, em consonância com as políticas públicas vigentes.	1) (...) volta-se para um perfil generalista, contemplando de forma equilibrada os conhecimentos nas áreas biológicas, humanas e específicas da Terapia Ocupacional (...) 2) (...) agente transformador das condições de saúde e de vida da população. 3) (...) investigação e avaliação do problema, elaboração e execução de programa terapêutico ocupacional, em contextos e instituições diversas, tais como: núcleos de apoio a saúde da família, unidades básicas de saúde, ambulatorios de especialidades, centros de reabilitação, hospitais gerais e especializados, instituições de longa permanência para idosos, centros de convivência e integração social, escolas, creches, empresas, bem como programas para pessoas em situação de risco pessoal e social (...) 4) (...) atuação como gestor público de serviços de saúde e de promoção social, pesquisador, docente e em cargos administrativos em Universidades (...)
4	Universidade de Pernambuco (UPE)	1) Formar profissional de saúde apto ao trabalho em equipe interdisciplinar e transdisciplinar, com ênfase na integralidade do cuidado aos pacientes (...) 2) Formar os profissionais com uma ampla visão do indivíduo, reabilitando-o de forma global e não apenas se voltando para segmentos corporais isolados (...)	1) (...) formação generalista, humanista, crítica e reflexiva (...) 2) (...) intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais e os seus determinantes. 3) (...) responsabilidade social e compromisso com a cidadania (...)
5	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)	1) (...) tem como objetivo formar profissionais generalistas (...) 2) (...) prática da Terapia Ocupacional nos diferentes campos das políticas públicas (Saúde, Assistência Social, Educação, dentre outras), contribuindo para o equacionamento das demandas loco regionais. 3) (...) Visa à formação com conhecimentos nas áreas biológicas, humanas e sociais (...) 4) (...) atuar junto a indivíduos, grupos e comunidades, utilizando procedimentos diversos para: aproximação e leitura da realidade social (...)	1) (...) em consonância com o perfil socioeconômico e epidemiológico do estado, terá formação generalista, humanista, crítica e reflexiva (...) 2) (...) intervir sobre as demandas do campo da Saúde, Educação e Social mais prevalentes no perfil socioepidemiológico de Alagoas e do Brasil (...) 3) Estar apto a produzir conhecimento técnico-científico a partir dos campos de atuação profissional, que venha a contribuir para o atendimento às necessidades locais, regionais e nacionais (...)

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir dos Projetos Político Pedagógico dos cursos de terapia ocupacional das Universidades Públicas do Nordeste do Brasil.

Tabela 2. Continuação...

Nº	Instituição de Ensino Superior	Trechos dos objetivos do curso (ideia principal de formação; campo de atuação e base dos conhecimentos; menção às questões locais/regionais)	Trechos do perfil do egresso/profissional (caracterização do egresso; campos, setores, sistemas que o egresso atuará; menção às questões locais/regionais)
6	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	1) (...) pretende que os egressos do curso de Terapia Ocupacional apresentem um perfil de competências baseado em conceitos e práticas interdisciplinares voltados para as necessidades de saúde dos indivíduos e das coletividades (...) 2) (...) profissional generalista (...) 3) (...) atuando em todos os níveis de atenção à saúde (...) 4) (...) como profissional liberal vinculado às instituições, empresas públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, instituições de serviços, como pesquisador, etc. 5) (...) Capacitar o profissional a ser formado a atuar nos diversos níveis de atenção na área da saúde, assim como, educacional e social, dentre outras políticas públicas (...) 6) (...) atenção diferenciada e, em parceria com entidades filantrópicas (...)	1) Ele deverá adquirir habilidade generalista (...) 2) Estará habilitado a trabalhar em instituições públicas, filantrópicas ou privadas, tais como: Núcleos de Apoio às Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios de especialidades, Centros de Reabilitação, Hospitais gerais e especializados, Instituições de Longa Permanência para Idosos, Centros de Convivência e Integração Social, Escolas, Creches, Indústrias, bem como Programas para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, presídios ou quaisquer locais (...) 3) (...) estratégias pedagógicas ativas que deem conta desse compromisso e garanta mecanismos de integração da Escola com os Serviços de Saúde e com a sociedade. 4) (...) Tal ênfase em Atenção Básica e em Saúde Coletiva não deve ser percebida em oposição a desejos e necessidades de formações especializadas (...)
7	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1) O curso de graduação em Terapia Ocupacional tem como objetivo formar o profissional terapeuta ocupacional com um perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo (...) 2) Proporcionar experiências de exercício profissional, supervisionado nas principais áreas de atuação do terapeuta ocupacional, nos diferentes níveis de atenção à saúde e diversos cenários e contextos (...)	1) (...) tem como perfil a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva que busque a qualificação do exercício profissional em suas diversas dimensões (...)

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir dos Projetos Político Pedagógico dos cursos de terapia ocupacional das Universidades Públicas do Nordeste do Brasil.

Alguns projetos apontam no objetivo e/ou perfil, a atuação profissional em dispositivos que, da forma como estão nomeados, se referem diretamente ao Sistema Único de Saúde e/ou ao Sistema Único de Assistência Social (cursos nº 1 e 2), mas há projetos em que estes sistemas são mencionados indiretamente em uma das categorias analisadas, por meio dos nomes de equipamentos públicos e/ou termos que sugerem a discussão sobre saúde pública ou setor público (cursos nº 3, 5, 6 e 7).

Discussão

Aponta-se que os resultados obtidos são relevantes para traçar reflexões com diferentes direcionamentos, as quais têm a finalidade de responder aos objetivos deste artigo. Para melhor organizar este tópico, estão apresentadas reflexões sobre: i) a formação para a prática nos equipamentos públicos dos diferentes setores de atuação da profissão (entre os quais, saúde, educação e assistência social), assumindo um perfil generalista de egresso; ii) a existência de uma função social das universidades públicas e a proliferação de vagas de trabalho para o terapeuta ocupacional no setor privado em detrimento do público; iii) as especificidades regionais e locais.

Primeiramente, coloca-se que a existência de uma predominante formação para a prática no setor da saúde, têm raízes históricas, as quais corroboram com o percurso da formação em terapia ocupacional no Brasil, já que os primeiros cursos de terapia ocupacional eram técnicos, utilizavam referenciais teóricos muito influenciados pelas ciências biológicas e pelas práticas de reabilitação física. Para exemplificar esta questão, cita-se que as primeiras formações brasileiras em terapia ocupacional ocorreram em 1950, por meio da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (Rio de Janeiro), e do Instituto de Reabilitação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (São Paulo) (Reis & Lopes, 2018).

A ampliação das práticas de terapia ocupacional, expressa em alguns projetos (como a atuação na educação e na assistência social), pode ser explicada uma vez que, a partir de 1970, ao mesmo tempo em que ocorriam tentativas de embasar a profissão cientificamente no Brasil através da comprovação dos benefícios das práticas em reabilitação física, ocorria também, em outra comunidade científica, um processo reflexivo sobre as ações nas instituições, como os manicômios e escolas especiais (Nascimento et al., 2022).

A partir da utilização de conhecimentos que embasaram a Reforma Psiquiátrica do final da década de 1970, a formação em terapia ocupacional começa a caminhar para o desenvolvimento de currículos que contemplavam a discussão sobre a questão social e o desdobramento de práticas junto a populações marginalizadas. Isto ocorria em componentes curriculares a partir do que foi, naquela época, denominado como terapia ocupacional social (Galheigo, 2016; Reis & Lopes, 2018; Nascimento et al., 2022).

Os resultados do estudo de Nascimento et al. (2022), que analisaram currículos de terapia ocupacional dos cursos de Universidades Públicas do Nordeste, colocando em foco os conteúdos sobre educação e assistência social, apontaram para uma baixa representatividade nos currículos e identificaram que os cursos que propõem uma formação generalista devem preocupar-se com o equilíbrio entre as áreas nas propostas curriculares. No presente artigo, embora tenha sido analisado o objetivo e o perfil do egresso dos cursos, também se constatou que a maior parte dos cursos defende um perfil generalista para o egresso, mas não expressam, neste perfil ou no objetivo, um equilíbrio entre as áreas da terapia ocupacional, com alta predominância de atuações, termos e conhecimentos da área da saúde.

Todavia, há de se considerar que embora as raízes da profissão possam explicar a maior valorização da formação em saúde nos currículos, a implementação de um sistema público de saúde no Brasil, o SUS, em 1988, transformou as práticas de terapeutas ocupacionais neste setor, uma vez que as políticas públicas do SUS têm sua elaboração teórica pautada em referenciais da saúde coletiva que também embasam movimentos sociais e intelectuais antimanicômiais, anticapitalistas e críticos ao modelo centrado na doença.

Assim, é importante que, embora se assuma a predominância de uma formação na/ para a saúde, isto não significa que os currículos defendam uma formação em saúde pautada no modelo biomédico ou “patologizante”, por exemplo. Um exemplo disso é que foram identificados trechos dos currículos analisados que falam do cuidado em saúde nas comunidades e para os coletivos, considerando a reabilitação tanto clínica (individual) quanto a reabilitação em contextos comunitários.

Ainda, é possível que os textos desses documentos não estejam dissociados ou isentos de influência das trajetórias dos docentes que estão envolvidos neste processo. Para além de construções baseadas nas DCNs, os projetos podem ser um reflexo das influências de concepções teóricas dos seus elaboradores, delineadas por meio da formação acadêmica destes sujeitos.

Em estudo de Souza & Duque (2024a) foi identificado que apenas uma pequena porcentagem de docentes atuantes em universidades públicas do Nordeste do país realizou formação acadêmica de mestrado e doutorado em áreas distintas da saúde. Além disso, uma pequena parte realizou mestrado e/ou doutorado em programas específicos de terapia ocupacional. Acredita-se que a forte influência da área da saúde na formação dos docentes pode também influenciar na elaboração de projetos pedagógicos que privilegiam a referida área.

Outro ponto de discussão é que, tanto nos objetivos quanto no perfil do egresso, a maioria dos cursos direcionou o texto do documento a uma perspectiva de formação graduada e de atuação profissional, que são voltadas às políticas públicas e/ou para/em setores públicos brasileiros.

Nota-se que estes resultados demonstram o alinhamento entre o que está descrito nestes documentos e o que se apresenta enquanto função social das universidades públicas no Brasil, uma vez que, na proposta atual de universidade pública, as instituições devem estar comprometidas por meio dos textos nos seus documentos e das suas ações estratégicas com a construção de um projeto de Estado e com a produção de conhecimentos/profissionais voltados ao bem-estar da população em geral (Rabelo, 2019).

Todavia, há de se pautar que a falta de recursos e de condições de trabalho em equipamentos de assistência do setor público, quando comparada a possibilidade de atuação profissional em um “lucrativo setor privado”, deve colocar em pauta algumas discussões fundamentais do Brasil, como a estabilidade *versus* o salário e a possibilidade de rápida ascensão social de egressos de instituições de ensino públicas; assim como os contratos formais *versus* a flexibilidade dos contratos de trabalho. Estas discussões tornam-se urgentes diante das diferentes e problemáticas demandas sociais que o país ainda enfrenta (Pereira Filho, 1999).

Acerca da formação em contextos regionais e locais, em diversos municípios nordestinos, principalmente nas capitais com menor extensão territorial e nas cidades interioranas dos estados desta região, os profissionais formados em terapia ocupacional se deparam com a escassez de concursos públicos ou com concursos públicos mal remunerados. A realidade que se apresenta no setor público, neste caso, é a oferta de vagas de trabalho fortemente vinculadas aos interesses políticos locais (indicação política de funcionários públicos para assumir cargos). Estas vagas de trabalho são transitórias, mal remuneradas, escassas de direitos trabalhistas e, principalmente, de autonomia profissional (Souza & Duque, 2024b).

Para além disso, também há um movimento neoliberal com relação ao trabalho, pautado na valorização social de trabalhos “liberais” ou “autônomos” e do desejo de salários mais altos, em detrimento de um trabalho contratualizado formalmente e com direitos trabalhistas oferecidos por um contratante (Antunes, 2008).

Esta racionalidade também pode estar influenciando na atuação profissional de terapeutas ocupacionais. É importante ressaltar que se assume aqui que as diferentes “flexibilizações” dos contratos de trabalho, mesmo em cargos bem remunerados, sempre acabam trazendo diferentes formas de precarização do trabalho as quais são oportunas para os que lucram com esta lógica, mas arriscadas para o trabalhador.

Entretanto, é importante realçar que estas reflexões são inferências, e não de achados diretos. Assim, o debate sobre precarização e mercado, apesar de extrapolar os dados sobre formação aqui analisados, mostra-se fundamental para contextualizar condições de trabalho tanto dos professores que implementam os projetos pedagógicos quanto acerca das futuras inserções de terapeutas ocupacionais egressos dos cursos analisados. Aponta-se também para a necessidade de elaborações acadêmicas que possam coletar dados e analisar esta situação, de forma a complementar os achados do presente artigo.

Diante de reflexões que estão atreladas às propostas de projeto dos cursos analisados, às realidades que se apresentam em termos de inserção profissional, e também à possibilidade de modificação dos projetos políticos pedagógicos ao longo do tempo, há de se questionar se, futuramente, os objetivos e o perfil do egresso dos cursos de terapia ocupacional, localizados em instituições de ensino públicas do Nordeste, serão direcionados à resistência à lógica privada/de mercado de trabalho (assumindo a função social da universidade pública no Brasil e o tensionamento do setor público para melhora das oportunidades e condições de trabalho) ou, se irá existir um movimento de adequação destes documentos às necessidades da lógica privada (optando por futuras elaborações de objetivos e perfis de egressos mais valorizados por este atual mercado).

Também é importante mencionar que os textos dos projetos analisados, para efetivarem-se enquanto uma realidade para além dos documentos, dependem de planejamento da equipe. Deve-se garantir integração entre os PPPs, os Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI), os planos de disciplinas ou Planos de Ensino (PE), e as práticas dos docentes. Os docentes precisam estar engajados com o PPP vigente e elaborar formas de garantir a coerência entre a teoria e a prática (Marques & Souza, 2017).

Conclusão

Este artigo analisou o perfil do egresso e o objetivo do curso expostos nos Projetos Políticos Pedagógicos de cursos de terapia ocupacional, localizados em instituições de ensino superior públicas do Nordeste. Foram realizados apontamentos sobre o direcionamento da formação, da atuação profissional e do mercado de trabalho.

Os resultados mostraram que a maioria dos textos dos objetivos direcionam a formação para a prática nos equipamentos públicos dos diferentes setores de atuação da profissão, embora ainda privilegiam uma formação para atuar em saúde. Foi constatado que este fato corrobora com estudos sobre o tema e têm componentes que podem ser explicados pela história da profissão no país e da sua institucionalização. Também foram identificados elementos das trajetórias dos docentes destas instituições, que podem auxiliar a analisar estes resultados.

Sobre a categoria perfil, foi pautado que, ainda que os currículos demonstrem a preocupação com o perfil generalista e reflexivo nas categorias analisadas, assim como a intenção da atuação no setor público, é necessária elaboração de futuros estudos para investigar se a teoria (documento textual dos PPPs) está alinhada à prática (planejamento institucional, planos de disciplina e exercício docente).

Foram feitas discussões sobre o fato de que há o aquecimento de um mercado de trabalho na terapia ocupacional, voltado fortemente ao setor privado, e que a região vivencia tanto uma escassez quanto uma precarização do trabalho no serviço público. Neste caso, discutiu-se sobre o futuro dos novos currículos. Apontou-se que estes podem se direcionar a lógica de mercado ou realizar movimentos para resistir a ela, priorizando a função social de graduações em instituições de educação públicas e a consideração sobre as políticas públicas brasileiras.

Foi exposto também que este manuscrito, apesar de não refletir de forma maniqueísta sobre “educação pública” e “educação no setor privado”, utilizou-se de um embasamento teórico que valoriza e defende a atuação no setor público a partir das políticas públicas, bem como o perfil profissional generalista, e a função social da educação pública.

As limitações do estudo estão voltadas à análise de apenas duas categorias dos projetos e a impossibilidade de, a partir destes dados, avaliar a implementação real desses documentos na prática pedagógica e profissional. Também não se analisou as condições de trabalho e de implementação de forma geral, que poderiam complementar os dados. Ainda, a pesquisa foca exclusivamente em universidades públicas, o que pode ter limitado a compreensão da formação em terapia ocupacional na região.

Por outro lado, este estudo documental possibilitou a análise sistemática sobre formação e mercado de trabalho a partir da educação pública no nordeste e de duas categorias que diferentes autores que discutem o tema já indicam como sendo centrais e relevantes para o debate sobre os PPPs: o objetivo do curso e o perfil do egresso.

Responder a essas limitações em estudos posteriores faz parte da agenda de pesquisa de quem participou da autoria deste manuscrito, uma vez que estas pessoas pertencem a um grupo institucionalizado que atualmente se dedica a projetos de pesquisa sobre o tema. Assim, este estudo foi conduzido como uma iniciativa de pautar o assunto, para que, posteriormente, seja possível reunir elementos que possam complementar os achados aqui expostos, auxiliar a levantar potencialidades e resolver problemas na formação e/ou do mercado de trabalho a partir e na região analisada.

Referências

- Albuquerque, J. C. L. B., Lobo Filho, J. G., Borges, S. S. S., Andrade, A. B., Benevides, A., Rocha, D. B., & Oliveira, V. M. G. (2022). *Documento orientador para elaboração de PPC – projeto pedagógico de curso da Universidade Federal do Ceará*. Recuperado em 10 de setembro de 2024, de <https://prograd.ufc.br/wp-content/uploads/2022/04/documento-orientador-ppc.pdf>
- Antunes, R. (2008). Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In *Anais do Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho*, São Paulo. Recuperado em 25 de novembro de 2024, de <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BRASIL. (1996, 20 de dezembro). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 27833.
- BRASIL. (1997). *Edital Nº 4/97 do Ministério da Educação*. Recuperado em 2 de outubro de 2024, de <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/e04.pdf>
- BRASIL. (2020, 4 de dezembro). Resolução nº 650, de 4 de dezembro de 2020. Dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação bacharelado em terapia ocupacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1.
- BRASIL. (2002, 19 de fevereiro). Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 12.

- BRASIL. (1969, 13 de outubro). Decreto-lei nº 938, de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p 8658.
- BRASIL. (2025, 19 de maio). Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Bregalda, M. M., & Mângia, E. F. (2020). Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Terapia Ocupacional: especificidade e competências profissionais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 31(1-3), 78-85.
- Conceição, M. G. (2020). Política Educacional de Ensino Superior Brasileiro: implementação tardia da graduação tecnológica nas universidades públicas. In *Anais XXV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste*. Bahia: PPGE-UFBA.
- Costa, L. A., Souza, R. G. M., & Drummond, A. F. (2023). O percurso da terapia ocupacional social em uma instituição de Ensino Superior: trajetória no ensino, na pesquisa e na extensão. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(spe), e3371.
- Durham, E. R. (2012). *O ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.
- Pereira Filho, L. T. P. (1999). Iniciativa privada e saúde. *Estudos Avançados*, 13(35), 109-116.
- Folha, O. A. A. C. (2019). *A terapia ocupacional como campo de conhecimento científico no Brasil: formação pós-graduada e atuação profissional de seus mestres e doutores* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.
- Galheigo, S. M. (2016). Terapia ocupacional social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e prática. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Org.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 49-58). São Carlos: Edufscar.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Haddad, A. E., Pierantoni, C. R., Ristoff, D., Xavier, I. M., Giolo, J., & Silva, L. B. (2009). A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991 a 2004. *Revista de Saúde Pública*, 44(3).
- Koetz, L. C. E., Périco, E., & Grave, M. Q. (2017). Distribuição geográfica da formação em fisioterapia no Brasil: crescimento desordenado e desigualdade regional. *Trabalho, Educação e Saúde*, 15(3), 917-930.
- Lopes, R. E. (1990). Currículo mínimo para a Terapia Ocupacional; uma questão técnico- ideológica. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 1(1), 33-41.
- Malfitano, A. P. S., & Ferreira, A. P. (2011). Saúde pública e terapia ocupacional: apontamentos sobre relações históricas e atuais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 22(2), 102-109.
- Marques, R. R. R., & Souza, M. B. C. A. (2017). Faço o que digo? A relação entre o projeto político pedagógico e a prática docente. *Revista FOCO*, 10(2), 98-124.
- Nascimento, A. C. B., Bezerra, W. C., & Calheiros, D. S. (2022). Currículos de terapia ocupacional em universidades públicas do Nordeste: áreas social e educação em foco. *Revista Curriculum*, 20(1), 415-443.
- Nóbrega-Therrien, S. M., Guerreiro, M. G. S., Moreira, T. M. M., & Almeida, M. I. (2010). Projeto Político Pedagógico: concepção, construção e avaliação na enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 44(3), 679-686.
- Palhares, M. S. (2008). Estudo do currículo de terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 2(2), 149-165.
- Pêgo, C. G., Silva, F. C., & Souza, R. G. M. (2023). Sistema Único de Assistência Social e a inserção da terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 31, e3392.

- Pereira, B. P., Borba, P. L. O., & Lopes, R. E. (2021). Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a escola no Brasil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2072.
- Pinto, L. A. de M., & Rangel, M. (2004). Projeto político-pedagógico da escola médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 28(3), 251-258.
- Puccinelli, R. K. (2008). *Análise do projeto político pedagógico do curso de graduação em pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília 1994-2006* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Rabelo, N. (2019). Universidades: o que são e para que servem? *Revista Darcy*, 1(23), 1-10.
- Reis, S. C. C. A. G., & Lopes, R. E. (2018). O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os(as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(2), 255-270.
- Reis, S. C. C. A. G. (2017). *Histórias e memórias da institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: de meados da década de 1950 a 1983* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Lins, S. R. A., Barros, M. C. R., Oliveira, S. S. C., & Rodrigues, D. S. (2025a). Aspectos sociodemográficos e acadêmicos de terapeutas ocupacionais da região Centro-Oeste do Brasil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 33, e3951.
- Lins, S. R. A., Paula, I. R. S., & Rodrigues, D. S. (2025b). Empregabilidade de terapeutas ocupacionais na região Centro-Oeste do Brasil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 33, e3853.
- Souza, M. B. C. A., & Duque, A. D. (2024a). De onde somos e onde estamos? Formação acadêmica dos docentes de terapia ocupacional de universidades públicas do nordeste do Brasil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 32, e3666.
- Souza, M. B. C. A., & Duque, A. D. (2024b). “Meu país nordeste”: reflexões sobre os desafios e avanços em terapia ocupacional desde uma perspectiva nordestina. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 8(2), 2423-2430.

Contribuição das Autoras

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza e Andrezza Marques Duque foram responsáveis pela concepção do texto, organização de fontes, análises, redação do texto e revisão do texto. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

Disponibilidade de Dados

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis com a autora correspondente, mediante solicitação.

Autora para correspondência

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza
e-mail: marinabs91@hotmail.com

Editora de seção

Profª. Dra. Adriana Miranda Pimentel